

Banco Clássico S.A.
CNPJ nº 31.597.552/0001-52

Demonstrações Contábeis
em 31 de Dezembro de 2018 e 2017.

Banco Clássico S.A.

Índice

Relatório dos Auditores Independentes	3-7
Balço Patrimonial	8
Demonstração do Resultado do Exercício	9
Demonstração do Resultado do Abrangente	10
Mutação do Patrimônio Líquido	11
Demonstração do Fluxo de Caixa	12
Notas explicativas às demonstrações contábeis	13-29



AUDIPEC – AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL S/S.

Praça Tiradentes, nº 10 – 10º andar s/1001-2 – Centro – Rio de Janeiro – RJ

CEP.: 20.060-070 – Telefax.: 2252.2160, 2252.2169 e 2253.8953

Site: www.audipecauditoria.com.br / E-mail: audipec@audipecauditoria.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs. Diretores e Acionistas do
BANCO CLÁSSICO S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais do Banco Clássico S.A. (“Banco”), identificadas como controladora, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, do Banco Clássico S.A. (“Consolidado”), elaboradas conforme estabelecido pelo Banco Central do Brasil através da Resolução nº 4.280/13, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Clássico S.A. e do Conglomerado Prudencial do Banco Clássico S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



AUDIPEC – AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL S/S.

Praça Tiradentes, nº 10 – 10º andar s/1001-2 – Centro – Rio de Janeiro – RJ

CEP.: 20.060-070 – Telefax.: 2252.2160, 2252.2169 e 2253.8953

Site: www.audipecauditoria.com.br / E-mail: audipec@audipecauditoria.com.br

Ênfase

Conforme divulgado na Nota Explicativa 11.a, o Banco Clássico reclassificou o valor de custo da aplicação mantida nas ações da companhia Engie do Brasil (EGIE3) do Ativo Circulante, Títulos de Renda Variável – Ações, para o Ativo Não Circulante, Investimentos – Outros Investimentos no País, cujos efeitos impactaram na redução do Patrimônio Líquido no montante de R\$ 2.049.960 mil, decorrentes da reversão do Ajuste de Avaliação Patrimonial das ações EGIE3, antes classificadas como Títulos Disponíveis para Venda. Nossa opinião não está ressalvada em função desses assuntos.

Outros assuntos

Auditoria do período anterior

As Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas do Conglomerado Prudencial correspondentes ao exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparação por força das normas emanadas do Banco Central do Brasil, foram anteriormente por nós auditadas de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 22 de março de 2018, que não conteve nenhuma modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis editadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil através da Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, que trata do Conglomerado Prudencial e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



AUDIPEC – AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL S/S.

Praça Tiradentes, nº 10 – 10º andar s/1001-2 – Centro – Rio de Janeiro – RJ

CEP.: 20.060-070 – Telefax.: 2252.2160, 2252.2169 e 2253.8953

Site: www.audipecauditoria.com.br / E-mail: audipec@audipecauditoria.com.br

- a) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- b) Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- c) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- d) Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- e) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- f) Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras do Banco e suas controladas ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



AUDIPEC – AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL S/S.

Praça Tiradentes, nº 10 – 10º andar s/1001-2 – Centro – Rio de Janeiro – RJ

CEP.: 20.060-070 – Telefax.: 2252.2160, 2252.2169 e 2253.8953

Site: www.audipecauditoria.com.br / E-mail: audipec@audipecauditoria.com.br

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2019.

AUDIPEC - AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL S/S.
CRC RJ-Nº 0202

ERNESTO PATRÍCIO GIRÁLDEZ
- Contador CRC-RJ Nº 053.076/O-2 -

BANCO CLÁSSICO S/A
 CNPJ: 31.597.552/0001-52

BALANÇO PATRIMONIAL
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

	Nota	R\$ Mil		R\$ Mil	
		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		Exercicio 2018	Exercicio 2017	Exercicio 2018	Exercicio 2017
ATIVO CIRCULANTE		9.042.011	8.763.248	7.832.496	7.828.562
DISPONIBILIDADES		378	350	400	362
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ		1.158.069	934.689	1.158.350	934.934
Aplicações no Mercado Aberto	<u>6</u>	1.158.069	934.689	1.158.350	934.934
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS		7.883.563	7.828.209	6.673.745	6.893.266
Carteira Própria	<u>7</u>	7.828.649	7.778.924	6.618.832	6.843.981
Vinculados à Prestação de Garantias	<u>7.a</u>	54.914	49.285	54.913	49.285
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		1	-	1	-
Depósitos no Banco Central	<u>8</u>	1	-	1	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE		612.760	393.887	677.393	401.467
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO					
OUTROS CRÉDITOS	<u>10</u>	271.568	393.620	336.199	401.197
Rendas a Receber		213.884	129.963	278.515	137.540
Diversos	<u>10.a</u>	57.684	263.657	57.684	263.657
OUTROS VALORES E BENS		-	-	2	3
Despesas Antecipadas		-	-	2	3
INVESTIMENTOS	<u>11.a</u>	340.693	-	340.693	-
No País		-	-	13.443	-
Outros Investimentos		340.693	-	340.693	-
(Depreciações Acumuladas) (-)		-	-	(13.443)	-
IMOBILIZADO DE USO	<u>11.b</u>	499	267	499	267
Imóveis de Uso		600	328	600	328
Outras Imobilizações de Uso		124	132	124	132
(Depreciações Acumuladas) (-)		(225)	(193)	(225)	(193)
TOTAL DO ATIVO		9.654.771	9.157.135	8.509.889	8.230.029
PASSIVO CIRCULANTE		3.334.667	3.009.636	2.189.752	2.082.497
DEPÓSITOS		61	28	61	28
Depósitos à Vista		61	28	61	28
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	<u>13</u>	1.144.915	927.139	-	-
Carteira de Terceiros		1.144.915	927.139	-	-
OUTRAS OBRIGAÇÕES	<u>14</u>	2.189.691	2.082.469	2.189.691	2.082.469
Sociais e Estatutárias		-	-	-	-
Fiscais e Previdenciárias		2.189.691	2.082.469	2.189.691	2.082.469
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		74.409	330.132	74.442	330.165
OUTRAS OBRIGAÇÕES		74.409	330.132	74.442	330.165
Sociais e Estatutárias	<u>14</u>	74.406	67.166	74.406	67.166
Diversas		3	262.966	36	262.999
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		6.245.695	5.817.367	6.245.695	5.817.367
Capital		3.294.828	3.098.265	3.294.828	3.098.265
De Domiciliados no País	<u>18</u>	3.294.828	3.098.265	3.294.828	3.098.265
Reservas de Lucros		277.451	175.942	277.451	175.942
Ajuste ao Valor de Mercado – TVM e Derivativos		2.673.416	2.543.160	2.673.416	2.543.160
TOTAL DO PASSIVO		9.654.771	9.157.135	8.509.889	8.230.029

BANCO CLÁSSICO S/A
CNPJ: 31.597.552/0001-52
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
DO 2º SEMESTRE DE 2018 E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2018 E 2017

	Nota	CONTROLADORA				CONSOLIDADO	
		2º SEMESTRE 2018	2º SEMESTRE 2017	EXERCÍCIO 2018	EXERCÍCIO 2017	EXERCÍCIO 2018	EXERCÍCIO 2017
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	15	146.412	175.617	240.805	270.631	240.805	270.759
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		146.412	175.617	240.805	270.631	240.805	270.759
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	15	(30.367)	(37.964)	(59.821)	(91.194)	(59.821)	(91.194)
Operações de Captação no Mercado		(30.367)	(37.964)	(59.821)	(91.194)	(59.821)	(91.194)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		116.045	137.653	180.984	179.437	180.984	179.565
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		102.746	(2.097)	100.612	472	100.612	343
Receitas de Prestação de Serviços	15	85	85	172	169	172	169
Despesas de Pessoal		(627)	(456)	(1.073)	(829)	(1.073)	(829)
Outras Despesas Administrativas		(1.602)	(1.654)	(3.277)	(3.273)	(3.277)	(3.402)
Despesas Tributárias		(75)	(72)	(175)	(81)	(175)	(81)
Outras Receitas Operacionais	15.a	104.965	-	104.965	4.486	104.965	4.486
RESULTADO OPERACIONAL		218.791	135.556	281.596	179.909	281.596	179.908
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		218.791	135.556	281.596	179.909	281.596	179.908
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(1.010)	(265)	(1.010)	(265)	(1.010)	(264)
Provisão para Imposto de Renda		(551)	(149)	(551)	(149)	(551)	(149)
Provisão para Contribuição Social		(459)	(116)	(459)	(116)	(459)	(115)
LUCRO LÍQUIDO		217.781	135.291	280.586	179.644	280.586	179.644
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO		(34.500)	(40.000)	(34.500)	(40.000)	(34.500)	(40.000)
RESULTADO LÍQUIDO APÓS JUROS S/CAPITAL PRÓPRIO		183.281	95.291	246.086	139.644	246.086	139.644

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BANCO CLÁSSICO S/A
CNPJ: 31.597.552/0001-52

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
DO 2º SEMESTRE DE 2018 E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2018 E 2017

	CONTROLADORA		
	2º SEMESTRE DE 2018	EXERCÍCIO 2018	EXERCÍCIO 2017
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	183.281	246.086	139.644
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	278.673	130.256	(7.502)
Resultado no ajuste de Títulos Disponíveis para Venda	278.673	130.256	(7.502)
RESULTADO ABRANGENTE NO PERÍODO	461.954	376.342	132.142

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BANCO CLÁSSICO S/A
CNPJ: 31.597.552/0001-52

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

		CONTROLADORA							R\$ Mil
		Capital Social	Aumento de Capital	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Dividendos Adicionais Propostos	Títulos Disponíveis para Venda	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
SALDO EM	30/06/2017	3.098.265	-	71.682	-	31.601	2.082.247	-	5.283.795
	CONSTITUIÇÃO DE RESERVA DE LEGAL			4.764				(4.764)	-
	VARIAÇÃO EM TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA						460.913		460.913
	LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO							135.291	135.291
	APROVAÇÃO DE DIVIDENDOS PROPOSTOS							(40.000)	(40.000)
	CONSTITUIÇÃO DE DIVIDENDOS A PAGAR							(22.632)	(22.632)
	CONSTITUIÇÃO DE DIVIDENDOS PROPOSTOS					67.895		(67.895)	-
SALDO EM	31/12/2017	3.098.265	-	76.446	-	99.496	2.543.160	-	5.817.367
MUTAÇÃO DO PERÍODO		-	-	4.764	-	67.895	460.913	-	533.572
SALDO EM	30/06/2018	3.294.828	-	76.773	-	4.654	2.394.743	56.273	5.827.271
	CONSTITUIÇÃO DE RESERVA DE LEGAL			9.164				(9.164)	-
	VARIAÇÃO EM TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA						278.673		278.673
	LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO							217.781	217.781
	CONSTITUIÇÃO DE JUROS S/CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR							(34.500)	(34.500)
	CONSTITUIÇÃO DE DIVIDENDOS A PAGAR							(43.530)	(43.530)
	CONSTITUIÇÃO DE DIVIDENDOS PROPOSTOS					186.860		(186.860)	-
SALDO EM	31/12/2018	3.294.828	-	85.937	-	191.514	2.673.416	-	6.245.695
MUTAÇÃO DO PERÍODO		-	-	9.164	-	186.860	278.673	(56.273)	-
SALDO EM	31/12/2017	3.098.265	-	76.446	-	99.496	2.543.160	-	5.817.367
	AUMENTO DE CAPITAL	196.563							196.563
	CONSTITUIÇÃO DE RESERVA DE LEGAL			9.491				(9.491)	-
	VARIAÇÃO EM TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA						130.256		130.256
	LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO							280.586	280.586
	APROVAÇÃO DE DIVIDENDOS PROPOSTOS					(99.496)			(99.496)
	CONSTITUIÇÃO DE JUROS S/CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR							(34.500)	(34.500)
	CONSTITUIÇÃO DE DIVIDENDOS A PAGAR							(45.081)	(45.081)
	CONSTITUIÇÃO DE DIVIDENDOS PROPOSTOS					191.514		(191.514)	-
SALDO EM	31/12/2018	3.294.828	-	85.937	-	191.514	2.673.416	-	6.245.695
MUTAÇÃO DO PERÍODO		196.563	-	9.491	-	92.018	130.256	-	428.328
SALDO EM	31/12/2016	2.962.949	-	69.464	-	60.327	2.550.662	-	5.643.402
	AUMENTO DE CAPITAL	135.316							135.316
	CONSTITUIÇÃO DE RESERVA DE LEGAL			6.982				(6.982)	-
	VARIAÇÃO EM TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA						(7.502)		(7.502)
	LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO							179.644	179.644
	APROVAÇÃO DE DIVIDENDOS PROPOSTOS					(60.327)			(60.327)
	CONSTITUIÇÃO DE JUROS S/CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR							(40.000)	(40.000)
	CONSTITUIÇÃO DE DIVIDENDOS A PAGAR							(33.166)	(33.166)
	CONSTITUIÇÃO DE DIVIDENDOS PROPOSTOS					99.496		(99.496)	-
SALDO EM	31/12/2017	3.098.265	-	76.446	-	99.496	2.543.160	-	5.817.367
MUTAÇÃO DO PERÍODO		135.316	-	6.982	-	39.169	(7.502)	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
DO 2º SEMESTRE DE 2018 E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2018 E 2017

DISCRIMINAÇÃO	R\$ Mil			R\$ Mil	
	CONTROLADORA			CONSOLIDADO	
	2º SEM./2018	2018	2017	2018	2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	183.281	246.086	179.644	246.086	179.644
MAIS: DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	25	41	36	41	36
VARIAÇÃO DE AJUSTES PATRIMONIAIS	278.673	130.256	(7.502)	130.256	(7.502)
INVESTIMENTO TRANSFERIDO DO CIRCULANTE	(340.693)	(340.693)	-	(340.693)	-
AJUSTE DE JUROS S/CAPITAL PROVISIONADOS	-	-	(40.000)	-	(40.000)
AUMENTO/REDUÇÃO EM APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(198.649)	(223.380)	(26.069)	(223.415)	882.650
AUMENTO/REDUÇÃO EM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS	(155.358)	(55.354)	(71.016)	219.521	(83.050)
AUMENTO/REDUÇÃO EM RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	-	(1)	-	(1)	-
AUMENTO/REDUÇÃO EM OUTROS CRÉDITOS	(214.559)	122.050	(281.800)	64.996	(250.973)
AUMENTO/REDUÇÃO EM DEPÓSITOS A VISTA	18	33	2	33	2
AUMENTO/REDUÇÃO EM OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	188.903	217.776	18.635	-	(908.504)
AUMENTO/REDUÇÃO EM OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	228.918	107.222	(11.034)	107.222	(11.419)
AUMENTO/REDUÇÃO EM OUTRAS OBRIGAÇÕES	3	(262.963)	188.226	(262.963)	188.229
CAIXA LÍQUIDO GERADO/CONSUMIDO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(29.438)	(58.927)	(50.878)	(58.917)	(50.887)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
PAGAMENTO PELA COMPRA DE IMOBILIZADO	(33)	(272)	(43)	(272)	(43)
CAIXA LÍQ. GERADO/CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(33)	(272)	(43)	(272)	(43)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
PAGAMENTO DE DIVIDENDOS E JUROS SOB CAPITAL PRÓPRIO	29.324	(137.336)	(84.687)	(137.336)	(64.359)
PROVISÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOB CAPITAL PRÓPRIO	-	-	-	-	40.000
PAGAMENTO DE DIVIDENDOS E JUROS SOB CAPITAL PRÓPRIO	-	-	-	-	(60.327)
AUMENTO DE CAPITAL	-	196.563	135.315	196.563	135.316
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NA ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	29.324	59.227	50.628	59.227	50.630
AUMENTO/ REDUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	(147)	28	(293)	38	(300)
MODIFICAÇÕES NA POSIÇÃO FINANCEIRA:					
DISPONIBILIDADES					
INÍCIO DO PERÍODO	525	350	643	362	662
FIM DO PERÍODO	378	378	350	400	362
AUMENTO OU REDUÇÃO	(147)	28	(293)	38	(300)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Clássico S. A. iniciou suas atividades em 1989, estando no mercado há 25 anos. Sua principal atuação consiste na aplicação de recursos próprios no mercado financeiro através de Títulos Públicos Federais de longo prazo, e através de fundos no mercado de títulos e valores mobiliários em ações de empresas nacionais, principalmente do ramo de energia.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e em consonância com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, instituído pelo BACEN.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, ajustado para refletir o valor justo de determinados instrumentos financeiros, quando aplicável.

A Companhia está apresentando as demonstrações contábeis individuais da controladora (Banco Clássico) e consolidadas.

As demonstrações contábeis da controladora e do consolidado, foram elaboradas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade - IFRS, as quais estão em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) e pelo BACEN (Resolução 4.280/13 e Circular 3.472/09).

As práticas contábeis adotadas no Brasil incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, que incorporam os dispositivos das Leis 11.638/07 e 11.941/09, conjugadas com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do órgão regulamentador Banco Central do Brasil - BACEN.

Como principais normas homologadas pelo órgão regulamentador, dispomos abaixo, e aplicadas quando em face de enquadramento na norma:

- Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro;
- CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
- CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- CPC 05 – Divulgação de Partes Relacionadas;
- CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações;
- CPC 24 – Evento Subsequente;
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro;
- CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.
- CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados

Para melhorar o efeito de comparabilidade as Demonstrações Contábeis foram organizadas lateralmente, controladora e consolidado.

Todas as demonstrações foram preparadas em separado, exceto a Demonstração de Mutação de Patrimônio Líquido e a Demonstração do resultado Abrangente (DRA), pois, ambas são iguais, controladora e consolidado.

Todas as demonstrações contábeis, controladora e consolidado, foram preparadas de acordo com as normas internacionais (IFRS), e as práticas adotadas no Brasil divulgadas através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 3 - PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

São adotadas as práticas contábeis previstas pela Lei das S/A, sendo as principais:

A) Os resultados das operações são apurados pelo regime de competência.

B) As aplicações interfinanceiras

As aplicações financeiras devem ser classificadas nas seguintes categorias: títulos mantidos até o vencimento, títulos disponíveis para venda e títulos para negociação a valor justo reconhecido com contrapartida no resultado (títulos para negociação). A classificação depende do propósito para qual o investimento foi adquirido. Quando o propósito da aquisição do investimento é a aplicação de recursos para obter ganhos de curto prazo, estes são classificados como títulos para negociação; quando a intenção é efetuar aplicação de recursos para manter as aplicações até o vencimento, estes são classificados como títulos mantidos até o vencimento. Quando a intenção, no momento de efetuar a aplicação, não é nenhuma das anteriores, tais aplicações são classificadas como títulos disponíveis para venda.

Quando aplicável, os custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido, exceto pelos títulos para negociação, os quais são registrados pelo valor justo com contrapartida no resultado.

C) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (TVM) – Através das circulares nº 3.068, de 8 de novembro de 2001 e 3.082, de 30 de janeiro de 2002, o Banco Central do Brasil estabeleceu novos critérios de avaliação e classificação contábil dos Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos, que estão sendo observados.

D) Negociação e Intermediação de Valores - Demonstradas pelo valor das operações de compra/venda realizadas junto as Bolsas de Valores, por conta própria ou de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar.

E) Provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa constituída de acordo com as normas e instruções estabelecidas pelo Banco Central do Brasil.

F) Permanente

Imobilizado de Uso - Estão demonstrados pelo custo de aquisição e são depreciados pelo método linear com base em taxas anuais variáveis de 10% (moveis e Equipamentos de Uso) e 20% (Equipamento de Processamento de Dados).

Os itens do ativo imobilizado são baixados quando vendidos ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do período em que o ativo for baixado.

G) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda, quando aplicável, é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% e a provisão para contribuição social à alíquota de 20%, conforme legislação em vigor.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 3 - PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS (CONTINUAÇÃO)

H) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas, pelos consultores jurídicos do Banco, como prováveis e os montantes envolvidos possam ser mensuráveis com segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e
- Obrigações legais: são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de perda.

I) Lucro (prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) por ação, quando aplicável, é calculado considerando-se o número de ações em circulação na data de encerramento do período.

Estes valores são calculados com base no número de ações em circulação na data do balanço.

J) Em atendimento ao que determina a Circular 2.804 do Banco Central do Brasil, registra-se levantamentos efetuados pela RFB relativos a 4 processos sobre PIS/COFINS, cujo montante de principal é da ordem de R\$32 milhões, para os quais o Banco obteve liminar em Mandado de Segurança por representarem débitos oriundos de dispositivos considerados inconstitucionais pelo STF.

NOTA 4 - PARTICIPAÇÕES RELEVANTES EM OUTRAS SOCIEDADES

A Companhia possui 100% da totalidade das cotas do **BANCLASS Fundo de Investimento em Ações** e 100% das cotas do **Fundo de Investimento de Ações Dinâmica Energia** que por sua vez possui 99,99% da **Cia Dinâmica Energia S/A**, caracterizando desta forma controle na tomada de decisões de ambas as companhias.

Os Investimentos no Banclass e FIA Dinâmica estão classificados no ativo circulante do Banco Clássico na rubrica "Fundos de Investimento".

NOTA 5 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

O resultado abrangente é calculado ajustando-se o resultado do exercício acrescido ou diminuído do ganho ou perda do ajuste a valor de mercado na data do balanço e seus tributos devidos, tributos estes classificados na rubrica "impostos diferidos" e está sendo apresentado em quadro específico nas demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 6 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ.

Estão representadas por aplicações em operações compromissadas conforme abaixo:

CONTROLADORA

Títulos:	12.2018 R\$ Mil	12.2017 R\$ Mil
LFT	13.154	-
LTN	1.112.395	934.689
NTN	32.520	-
Total	1.158.069	934.689

CONSOLIDADO

Títulos:	12.2018 R\$ Mil	12.2017 R\$ Mil
LFT	13.434	-
LTN	1.112.396	934.934
NTN	32.520	-
Total	1.158.350	934.934

NOTA 7 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira própria do banco estão classificados na categoria disponível para venda e podem ser assim demonstrados:

CONTROLADORA

Carteira Própria:	12.2018 R\$ Mil	12.2017 R\$ Mil
LFT	25.443	32.867
Cotas de Fundos	7.803.206	5.463.290
Ações de Companhias Abertas	-	2.282.767
Total	7.828.649	7.778.924
Vinculados ao Banco Central		
LFT	-	-
Total	-	-
Vinculados a Prestação de Garantias		
Ações de Companhias Abertas <i>(Nota 7.a)</i>	54.914	49.285
Total	54.914	49.285
Total Geral	7.883.563	7.828.209

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 7 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (CONTINUAÇÃO)

CONSOLIDADO

Carteira Própria:	12.2018 R\$ Mil	12.2017 R\$ Mil
LFT	550.211	329.398
Cotas de Fundos	-	-
Ações de Companhias Abertas	6.068.620	6.514.583
Total	6.618.832	6.843.981
Vinculados ao Banco Central		
LFT	-	-
Total	-	-
Vinculados a Prestação de Garantias		
Ações de Companhias Abertas (<i>Nota 7.a</i>)	54.913	49.285
Total	54.913	49.285
Total Geral	6.673.745	6.893.266

NOTA 7.a – VINCULADOS A PRESTAÇÃO DE GARANTIAS

Estão representadas por garantias constituídas através de ações da ENGIE Brasil Energia S.A – EGIE3, para o Processo de Execução Fiscal divulgado na Nota Explicativa 17.b – CONTINGÊNCIAS PASSIVAS.

NOTA 8 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Durante os exercícios findos em Dezembro/2018 e Dezembro/2017 não ocorreram operações Interfinanceiras no Banco Clássico.

NOTA 9 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não ocorreram operações de crédito.

BANCO CLÁSSICO S/A.
CNPJ: 31.597.552/0001-52

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 10 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Estão representados substancialmente pela Interposição de recursos Fiscais.

CONTROLADORA

Rendas a receber	12.2018 R\$ Mil	12.2017 R\$ Mil
Dividendos e Juros s/Capital Próprio de Cias Abertas	213.884	129.963
Total	213.884	129.963
Diversos		
Adiantamento de Salário	42	-
Adiantamento para Futura Prestação de Contas	-	2
Interposição de Recursos Fiscais (Nota 10.a)	56.273	-
Massa Falida de Barros e Barros Adm. de Consórcios	300	300
Impostos a compensar	1.069	389
Títulos Livres a Receber (Nota 10.b)	-	262.966
Total	57.684	263.657
Total Geral	271.568	393.620

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 10 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS (CONTINUAÇÃO)

CONSOLIDADO

Rendas a receber	12.2018 R\$ Mil	12.2017 R\$ Mil
Dividendos e Juros s/Capital Próprio de Companhias Abertas	278.515	137.540
Total	278.515	137.540
Diversos		
Adiantamento de Salário	42	-
Adiantamento para Futura Prestação de Contas	-	2
Interposição de Recursos Fiscais (Nota 10.a)	56.273	-
Massa Falida de Barros e Barros Adm. de Consórcios	300	300
Impostos a compensar	1.069	389
Títulos Livres a Receber (Nota 10.b)	-	262.966
Total	57.684	263.657
Total Geral	336.199	401.197

NOTA 10.a – INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS FISCAIS

O saldo está representado por dividendos da ENGIE Brasil Energia S.A – EGIE3, depositados judicialmente pela companhia, em cumprimento a determinação judicial, como garantia para Processo de Execução Fiscal divulgado na Nota Explicativa 17.c – CONTINGÊNCIAS PASSIVAS.

NOTA 10.b – RESCISÃO DE CESSÃO DE CRÉDITO

Em decorrência da Lei nº 13.463, de 06 de julho de 2017, que em seu art. 2º, cancelou os precatórios federais expedidos, cujos valores não tinham sido levantados e estavam depositados há mais de 2 (dois) anos em instituição financeira oficial, o Banco Clássico S/A. e a Agro Imobiliária Avanhandava S/A. decidiram em 21 de junho de 2018, pela rescisão da cessão de crédito, dando-se mútua e irrevogável quitação. Como consequência, o Banco procedeu a reversão do registro contábil mantido nos grupos contábeis Títulos e Créditos a Receber e Credores Diversos no País.

Nesse mesmo sentido, o Banco Clássico S/A e José João Abdalla Filho assinaram em 03 de agosto de 2018, a rescisão e distrato de cessão parciais de créditos e direitos, dando-se mútua e irrevogável quitação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 11 – ATIVO PERMANENTE

NOTA 11.a – INVESTIMENTO

No decorrer do mês de setembro de 2019, o Banco Clássico reclassificou o valor de custo da aplicação mantida nas ações da companhia Engie do Brasil (EGIE3) do Ativo Circulante, Títulos de Renda Variável – Ações, para o Ativo Não Circulante, Investimentos – Outros Investimentos no País.

Considerando que as ações da EGIE3 estavam classificadas contabilmente como Títulos Disponíveis para Venda, os reflexos contábeis dessa reclassificação não afetaram a demonstração do resultado do semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Porém, impactaram na redução do Patrimônio Líquido do Banco no montante de R\$ 2.049.960 mil, registrados na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial, a título de reversão da marcação a mercado das ações EGIE3.

Essa reclassificação contábil está fundamentada na intenção do Banco Clássico em permanecer com o investimento nas ações da EGIE e, considerando que a instituição detém uma participação inferior a 10% do capital social da companhia, a administração, em atendimento às normas emanadas do COSIF, registrou o valor de custo dessas ações no Ativo Permanente, Investimento no País – Outros Investimentos, pelo valor de R\$ 340.693 mil.

NOTA 11.b – IMOBILIZADO DE USO

Os bens que constituem o permanente do Banco apresentam-se devidamente corrigidos pela variação da UFIR, até 31 de dezembro de 1995, e são depreciados pelo método linear às taxas estabelecidas em função do tempo de vida fixado por espécie de bem. Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a composição do Ativo Permanente é a seguinte:

CONTROLADORA

Investimentos	12.2018 R\$ Mil	12.2017 R\$ Mil
Participação Engie Brasil Energia S.A.	340.693	-
Total	340.693	-
Imobilizado de Uso		
Imóveis de Uso	600	328
(-) Depreciação Acumulada Imóveis de Uso	(160)	(141)
Móveis e Equipamentos de Uso	16	16
(-) Depreciação Acumulada Móveis e Equipamentos de Uso	(8)	(6)
Sistema de Comunicação	14	14
(-) Depreciação Acumulada Sistema de Comunicação	(10)	(9)
Processamento de Dados	94	102
(-) Depreciação Acumulada Processamento de Dados	(47)	(37)
Total	499	267
Total Geral	341.192	267

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 12 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Banco não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 2018 e 2017.

NOTA 13 – OPERAÇÕES COMPROMISSADAS

E em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro 2017 o Banco Clássico operou com recompras a liquidar com títulos públicos, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não houve operação compromissadas no consolidado do grupo, conforme abaixo:

CONTROLADORA

Recompras a Liquidar	12.2018 R\$ Mil	12.2017 R\$ Mil
LTN	1.112.395	927.139
NTN	32.520	-
Total	1.144.915	927.139

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

CONTROLADORA

Títulos	12.2018 R\$ Mil	12.2017 R\$ Mil
Arrecadação Tributos e Assemelhados		
Sociais e Estatutárias:		
Dividendos e Juros s/Capital Próprio a Pagar	74.406	67.166
Total	74.406	67.166
Fiscais e Previdenciárias:		
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	1.010	364
Impostos e Contribuições a Recolher	1.333	1.331
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	2.187.348	2.080.774
Total	2.189.691	2.082.469
Diversos:		
Credores Diversos (<i>Nota 14.a</i>)	3	262.966
Total	3	262.966
Total Geral	2.264.100	2.412.601

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES (CONTINUAÇÃO)

CONSOLIDADO

Títulos	12.2018 R\$ Mil	12.2017 R\$ Mil
Arrecadação Tributos e Assemelhados		
Sociais e Estatutárias:		
Dividendos e Juros s/Capital Próprio a Pagar	74.406	67.166
Total	74.406	67.166
Fiscais e Previdenciárias:		
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	1.010	364
Impostos e Contribuições a Recolher	1.333	1.331
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	2.187.348	2.080.774
Total	2.189.691	2.082.469
Diversos:		
Provisão para Pagamentos a Efetuar	20	18
Taxa de Administração	16	15
Credores Diversos (<i>Nota 14.a</i>)	-	262.966
Total	36	262.999
Total Geral	2.264.133	2.412.634

NOTA 14.a – RESCISÃO DE CESSÃO DE CRÉDITO

Em decorrência da Lei nº 13.463, de 06 de julho de 2017, que em seu art. 2º, cancelou os precatórios federais expedidos, cujos valores não tinham sido levantados e estavam depositados há mais de 2 (dois) anos em instituição financeira oficial, o Banco Clássico S/A. e a Agro Imobiliária Avanhadava S/A. decidiram em 21 de junho de 2018, pela rescisão da cessão de crédito, dando-se mútua e irrevogável quitação. Como consequência, o Banco procedeu a reversão do registro contábil mantido nos grupos contábeis Títulos e Créditos a Receber e Credores Diversos no País.

Nesse mesmo sentido, o Banco Clássico S/A e José João Abdalla Filho assinaram em 03 de agosto de 2018, a rescisão e distrato de cessão parciais de créditos e direitos, dando-se mútua e irrevogável quitação. O Banco procedeu a do registro contábil no grupo contábil de Compensação.

BANCO CLÁSSICO S/A.
CNPJ: 31.597.552/0001-52

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 15 - RECEITAS

As principais receitas estão assim distribuídas:

CONTROLADORA

	12.2018	12.2017
	R\$ Mil	R\$ Mil
Receitas Financeiras		
Rendas em Operações Compromissadas	60.203	91.999
Lucro/Rendas de Títulos de Renda Fixa	2.059	1.341
Lucro/Rendas de Títulos de Renda Variável	178.543	177.291
Despesas de Captação	(59.821)	(91.194)
Total	180.984	179.437
Receitas de Serviços Prestados		
Administração de Fundos	167	163
Outros Serviços	5	6
Total	172	169
Outras Receitas		
Outras (<i>Nota 15.a</i>)	104.965	4.486
Total	104.965	4.486
Total Geral	286.121	184.092

BANCO CLÁSSICO S/A.
CNPJ: 31.597.552/0001-52

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 15 - RECEITAS (CONTINUAÇÃO)

CONSOLIDADO

	12.2018	12.2017
	R\$ Mil	R\$ Mil
Receitas da Intermediação Financeira		
Operações de Crédito		-
Operações Compromissadas	60.203	116.653
Rendas com Fundos de Investimento		-
Lucro/Rendas de Títulos de Renda Fixa	2.059	3.654
Lucro/Rendas de Títulos de Renda Variável	178.543	150.452
Despesas de Captação e Empréstimos	(59.821)	(91.194)
Total	180.984	179.565
Receitas de Serviços Prestados		
Administração de Fundos	167	163
Outros Serviços	5	6
Total	172	169
Outras Receitas		
Reversão de IRPJ e CSLL	-	-
Outras (<i>Nota 15.a</i>)	104.965	4.486
Total	104.965	4.486
Total Geral	286.121	184.220

NOTA 15.a – OUTRAS RECEITAS – OUTRAS

No exercício de 2018, o valor de R\$ 104.965 mil se refere a dividendos declarados pela companhia Engie Brasil Energia S.A., registrados em Outras Rendas Operacionais em atendimento ao disposto no COSIF.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 16 - OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

CONTROLADORA

Outras Despesas Administrativas	12.2018 R\$ Mil	12.2017 R\$ Mil
Despesas de água, energia e gás	18	16
Despesas de aluguéis	168	168
Despesas de comunicações	345	301
Despesas de manutenção e conservação de bens	12	9
Despesas de material	15	9
Despesas de processamento de dados	462	444
Despesas de publicações	73	135
Despesas de serviços do sistema financeiro	254	234
Despesas de serviços de terceiros	5	8
Despesas de serviços técnicos especializados	1.259	1.048
Despesas de transporte	17	14
Despesas de viagem	66	88
Despesas de depreciação	40	36
Outras Despesas Administrativas	543	763
Total	3.277	3.273

CONSOLIDADO

Outras Despesas Administrativas	12.2018 R\$ Mil	12.2017 R\$ Mil
Despesas de água, energia e gás	18	16
Despesas de aluguéis	168	168
Despesas de comunicações	345	301
Despesas de manutenção e conservação de bens	12	9
Despesas de material	15	9
Despesas de processamento de dados	462	444
Despesas de publicações	73	135
Despesas de serviços do sistema financeiro	254	316
Despesas de serviços de terceiros	5	8
Despesas de serviços técnicos especializados	1.259	1.055
Despesas de transporte	17	14
Despesas de viagem no país	66	88
Despesa de Taxa d Administração de Fundo	-	40
Despesas de depreciação	40	36
Outras Despesas Administrativas	543	763
Total	3.277	3.402

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 17 – CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

O Banco Clássico S/A figura no polo passivo de contingências fiscais no âmbito da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para os quais o Banco julga a probabilidade de perdas como remotas ou possíveis.

Para os processos de execução fiscal, o Banco apresentou garantias constituídas através de ações da ENGIE Brasil Energia S.A – EGIE3 (nota explicativa 7.a) e dividendos dessas ações (nota explicativa 10.a), as quais estão destacadas nas demonstrações contábeis nas rubricas Títulos e Valores Mobiliários – Vinculados à prestação de Garantias e Diversos – Interposição de Recursos Fiscais, respectivamente. Sendo assim representados:

Nota	Descrição	Principal em discussão em 31.12.2018	Principal em discussão em 31.12.2017
17.a	Processos Administrativos	R\$ 21.324 mil	R\$ 21.324 mil
–	Processos de Execução Fiscal	–	R\$ 51.596 mil
17.b	Processos de Execução Fiscal – Garantia conforme NE 10.a	R\$ 9.478 mil	–
17.c	Processos de Execução Fiscal – Garantia conforme NE 7.a	R\$ 16.839 mil	–
17.d	Processos de Execução Fiscal – Garantia pendente de homologação	R\$ 36.656 mil	–

Não foram constituídas provisões para contingências fiscais no exercício de 2018 e 2017.

NOTA 18 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) Em 31 de dezembro de 2018 o Capital Social está subscrito e integralizado no valor de R\$ 3.294.828 mil (Três bilhões, duzentos e noventa e quatro milhões, oitocentos e vinte e sete mil, setecentos e quatorze reais e cinquenta e oito centavos), está representado por 745.686.601 (setecentos e quarenta e cinco milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, seiscentos e uma) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade de domiciliados no país.

b) Reserva legal

Constituída à alíquota de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, limitada a 20% do capital social.

c) Distribuição de lucros

Os acionistas têm direito a dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

NOTA 19 – PARTES RELACIONADAS

As operações com partes relacionadas se referem às aplicações mantidas nos Fundos de Investimento administrados pelo próprio Banco Clássico S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 20 – COMPLIANCE

- a) Controles Internos – O Sistema de Controles Internos do Banco Clássico S.A. é gerenciado em observância às normas estabelecidas pelos atos normativos editados pelo Banco Central do Brasil (BCB) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Em 2018 prosseguiu-se à implementações no Sistema de Controles Internos, contemplando as atualizações necessárias, dos procedimentos para fortalecer os processos nas principais atividades da Ouvidoria, do Cadastro, da Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo - PLD/FT, da Tecnologia de Informações, da Mesa de Operações, do Gerenciamento de Risco, além dos procedimentos de suporte e prevenção do Plano de Continuidade de Negócios.

O ambiente de controle reflete a postura da instituição frente aos riscos operacionais, de mercado, de crédito e de liquidez, mediante políticas, procedimentos e uso de práticas adequadas, definição de alçadas e responsabilidades em todos os níveis organizacionais.

- b) Estrutura de Gerenciamento de Riscos Operacionais – o modelo de gerenciamento do risco operacional do Banco Clássico S.A., mantém-se adequadamente estruturado e em conformidade com as disposições da Resolução nº 4.557/17 (BCB) e atualizações, que define como risco operacional da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas. Inclui-se nesta definição o risco legal associado à deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como sanções em razão do descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. A estrutura está integrada com o sistema de controles internos e capacitada a identificar, avaliar, monitorar, controlar, mitigar e comunicar os eventos de riscos operacionais inerentes aos seus negócios.
- c) Estrutura de Gerenciamento do Risco de Mercado – o modelo de gerenciamento do risco de mercado do Banco Clássico S.A., mantém-se adequadamente estruturado e em conformidade com as disposições da Resolução nº 4.557/17 (BCB) e atualizações, que define como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de perdas detidos pela instituição, incluindo-se os riscos das operações sujeitas à variação das taxas de juros e dos preços das ações. A política da instituição, em termos de exposição ao risco de mercado é conservadora, com limites definidos e validados pela Diretoria Executiva, sendo o cumprimento deste, acompanhado diariamente. Dessa forma, a estrutura de gerenciamento do risco de mercado da empresa está apta a avaliar e monitorar os riscos associados garantindo eficiência na gestão desses riscos.
- d) Estrutura de Gerenciamento de Riscos de Crédito – o modelo de gerenciamento do risco de crédito do Banco Clássico S.A., mantém-se adequadamente estruturado e em conformidade com as disposições da Resolução nº 4.557/17 (BCB) e atualizações, que determina a implementação de estrutura de gerenciamento do risco de crédito compatível com a natureza das suas operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da instituição.

A Resolução nº 4.557/17 (BCB), define como risco de crédito, como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 20 – COMPLIANCE (CONTINUIAÇÃO)

A estrutura está integrada com o sistema de controle internos e capacitada a identificar, avaliar, monitorar, controlar, mitigar e comunicar os eventos e risco de crédito.

- e) Risco de Liquidez – o modelo de gerenciamento do risco de liquidez do Banco Clássico S.A., mantém-se adequadamente estruturado e em conformidade com as disposições da Resolução nº 4.557/17 (BCB) e atualizações, que define como risco de liquidez a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e a possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

A estrutura está integrada com o sistema de controles internos e capacitada a identificar, avaliar, monitorar, controlar, mitigar e comunicar os eventos de riscos de liquidez.

O Banco Clássico S.A. mantém carteira de aplicações em títulos de renda fixa emitidos pelo Tesouro Nacional, que garantem suficientemente suas obrigações, mantidas em nível mínimo, por se tratar de banco não alavancado, concentrando os controles diários no acompanhamento dos limites mínimos de caixa, estabelecido pela Diretoria, os quais permitem que ações prévias sejam adotadas para garantir um caixa seguro e rentável.

- f) Gerenciamento de Capital – o modelo de gerenciamento de capital do Banco Clássico S.A. é estruturado em conformidade com a Resolução nº 4.557/17 (BCB) e atualizações. A estrutura é adequada à complexidade de suas operações, e objetiva o monitoramento do capital econômico existente e a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos aos quais está exposto.

O gerenciamento de capital como o processo contínuo de: i) monitoramento e controle do capital mantido pela instituição; ii) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita; e iii) planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

O relatório anual contendo a descrição completa da estrutura de Gerenciamento de Riscos, e em conformidade à Resolução 4.557/17 (BCB), está disponível nas dependências da instituição.

- g) Política de Remuneração – a política de remuneração do Banco Clássico S.A. é estruturada em conformidade com a Resolução nº 3.921/10.

A resolução nº 3.921/10, define como remuneração o pagamento efetuado em espécie, ações, instrumentos baseados em ações e outros ativos, em retribuição ao trabalho prestado, compreendendo remuneração fixa, representada por salários, honorários e comissões, e remuneração variável, constituída por bônus, participação nos lucros e outros incentivos associados ao desempenho.

A política de remuneração dos administradores do Banco é compatível com a política de gestão de riscos, formulada de modo a não incentivar comportamentos que elevem a exposição ao risco e determinada independente do desempenho das áreas de negócios, de forma a não gerar conflitos de interesse.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 20 – COMPLIANCE (CONTINUIAÇÃO)

- h) A Ouvidoria dispõe de diretor responsável pela área e de um ouvidor, mantendo-se adequadamente estruturada e em conformidade com as resoluções editadas pelo Banco Central do Brasil.

O relatório das atividades da Ouvidoria no contexto das normas legais e regulamentares editada pelo BCB, está disponível nas dependências da instituição.

- i) O Comitê de Auditoria, órgão colegiado, instituído em atendimento a regulamentação do Sistema Financeiro, Resolução nº 3.198/04, art.15 (BCB) e atualização, avaliou, nesse período, o sistema de controles internos e concluiu que o mesmo tem sido objeto de permanente atenção por parte da administração e, vem sendo aprimorado e mostra-se efetivo e adequado às necessidades dos negócios da Instituição.

Da mesma forma foram realizados trabalhos pela Auditoria Interna, em conformidade com a resolução nº 4.588, de 29 de junho de 2017, com o propósito de avaliação independente, autônoma e imparcial da qualidade e da efetividade dos sistemas e processos de controles internos, gerenciamento de risco e governança corporativa da instituição, que não relatou nenhuma inconformidade no Sistema de Controles Internos.

- j) Fundo de Investimento – a estrutura de controles internos para gestão de recursos, para distribuição de títulos e valores mobiliários, para custódia e para administração fiduciária implantada, em conformidade com as instruções CVM nºs 604/18, 598/18, 558/15, 555/14, 542/13, 543/13, 505/11, 301/99 e atualizações, atendem às normas, políticas e regulamentações vigentes, assegurando a confidencialidade e fidelidade das informações e a prestação de informações aos clientes, aos cotistas, ao COAF e à CVM.

NOTA 21 – EVENTO SUBSEQÜENTE

De acordo com a deliberação CVM nº 505, a Companhia declara que não houve eventos posteriores a este exercício que impactaram de forma relevante as operações e plano de negócio aprovados pela companhia.